

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2022/000744
RECORRENTE: LAURA MARIA CASTRO SOARES
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R001157706

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, I do CTB: Recurso que se acolhe exclusivamente em razão da supressão de prazo para recurso à JARI. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do art. 218, I do CTB, na data de 29/12/2020, na Rod. BR210 Km 399,4 na cidade de Juazeiro/Bahia, pelo que argui matérias de Fato e Direito.

Sustenta a Recorrente que recebeu a notificação de penalidade (NP) tardiamente, alegando cerceamento de defesa, por não gozar de prazo de 30 dias para apresentação do recurso à JARI, dentre outras alegações, e por fim, requer o arquivamento do AIT.

A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou documento pessoal de identificação, CNH, cópia do CRLV e cópia da NIP e consulta ao site dos correios dando conta da entrega tardia.

O presente processo encontra-se Instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso.

Voto

Diante da ocorrência de supressão de prazo para apresentação de recurso à JARI, discricionariamente, em estrita observância aos Princípios Administrativos da Legalidade e da Autotutela tomo nulo o ato administrativo, afastando a intempestividade em razão da alegação ser exclusiva de não recebimento da notificação, com base nas razões abaixo:

Percebe-se que a correspondência da notificação de penalidade (NP) só foi entregue no endereço do Recorrente no dia 08/12/2021, o que implicou, por óbvio, cerceio de defesa por supressão do prazo para apresentação do recurso cabível, pois fixado o prazo na data de 06/12/2021, sendo procedente a alegação da Recorrente quanto à existência de supressão total do prazo contido na notificação de penalidade.

Diante do exposto, se impõe o acolhimento das razões recursais, pois atende aos interesses legais da Recorrente, apenas no que se refere à supressão do prazo para apresentação de recurso à JARI, deixando de apreciar as demais impugnações, face à devolução de toda a matéria de direito em razão do manejo de sua irrisignação e diante do manifesto prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pela administrada, quando da segunda notificação, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R001157706 lavrado contra LAURA MARIA CASTRO SOARES, insubsistente, determinando o seu arquivamento.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, julgando **insubsistente** o Auto de Infração de nº. R001157706 determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 20 de junho de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI